



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680265 - SP (2021/0219930-0)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN SOUZA PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN SOUZA PEREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução Penal n. 0002569-77-2021.8.26.0344).

O paciente, condenado definitivamente à pena de 3 meses de detenção pela prática do crime previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal, teve expedida contra si a guia de recolhimento para dar início à execução penal.

A impetrante sustenta a extinção da punibilidade do fato imputado ao paciente, ao argumento de que está prescrita a pretensão executória da pena. Afirma que o termo inicial da prescrição, no caso, é a data em que a sentença penal condenatória transitou em julgado para a acusação, conforme determina o art. 112, I, do CP. Assevera que entendimento contrário, no sentido de que o termo inicial deve aguardar o trânsito em julgado para a acusação e para a defesa, contraria o princípio da reserva legal previsto no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal.

Requer, liminarmente, a sustação dos efeitos do acórdão impetrado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja estabelecido como termo inicial da prescrição da pretensão executória o dia do trânsito em julgado da sentença penal condenatória para a acusação, declarando-se, assim, a extinção da punibilidade do fato delitivo praticado pelo paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente